Estratégia
Carreira Jurídica

Trilhas Estratégicas

Materiais Demonstrativos Ass. Procuradorias

Autor:

30 de Abril de 2021

TRILHA ESTRATÉGICA 01 - PGDF

Apresentação da trilha estratégica 01

Nessa semana, vamos trabalhar com as disciplinas do GRUPO VERMELHO, duas disciplinas do GRUPO AMARELO e duas do GRUPO VERDE. Ainda não trabalharemos com disciplinas do GRUPO CINZA, as quais deixaremos para estudar da metade para o final do curso, simulando um estudo de reta final, que é mais adequado para essas matérias.

MATÉRIA	AULA	TOTAL DE TAREFAS
GRUPO VERMELHO		
DIREITO ADMINISTRATIVO	INDICADA NA TAREFA	4
DIREITO CONSTITUCIONAL	INDICADA NA TAREFA	3
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	INDICADA NA TAREFA	4
DIREITO TRIBUTÁRIO	INDICADA NA TAREFA	3
GRUPO AMARELO		
DIREITO CIVIL	INDICADA NA TAREFA	2
DIREITO FINANCEIRO	INDICADA NA TAREFA	2
DIREITO AMBIENTAL	INDICADA NA TAREFA	2
GRUPO VERDE		
DIREITO EMPRESARIAL	INDICADA NA TAREFA	2
DIREITO DO TRABALHO	INDICADA NA TAREFA	2

Comunidade de Alunos

Para que os alunos possam receber dicas constantes e rápidas, nós temos a ***Comunidade de Alunos do curso para Procuradorias Estaduais.***

Consiste em um *canal* no ***Telegram*** no qual você pode fazer a inscrição clicando no *link* azul logo abaixo:

Baixe o aplicativo no seu celular, cadastre-se no Telegram e, então, clique no link abaixo para se juntar à Comunidade de Alunos:

https://t.me/joinchat/DjcpYaAB_wYwY2Rh

Escolhemos o aplicativo do ***Telegram*** em virtude de diversos recursos que não temos no ***Whatsapp***. Ela é a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, possui recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa *Comunidade de Alunos*.

Você pode usar o ***Telegram*** seguramente pelo aplicativo no seu celular ou direto pelo computador. Basta fazer o *download* do aplicativo no seu aparelho ou então acessar no computador através do *link* a seguir:

https://web.telegram.org/

Mas é importante fazer o cadastro no ***Telegram*** antes de clicar no *link* para se juntar à ***Comunidade de Alunos***. Caso contrário, dará erro nesse procedimento, ok?

Esperamos você lá no ***Telegram***!

Trilha de Disciplinas

Disponibilizaremos individualmente, nesta seção, as Trilhas de cada uma das disciplinas trabalhadas por nós. O objetivo é que o aluno possa fazer os ajustes no seu estudo a depender do nível em que ele está em determinada matéria.

Matéria	Trilha de Disciplina
Direito Administrativo	https://bityli.com/tDEqp
Direito Constitucional	https://bityli.com/4JH0z
Direito Civil	https://bityli.com/VmzMj
Legislação Civil Especial	https://bityli.com/jZmv6
Direito Processual Civil	https://bityli.com/HTilp
Legislação Tributária Estadual e Municipal	https://bityli.com/Oq6EI
Direito Empresarial	https://bityli.com/RfJ4M
Direito Urbanístico	https://bityli.com/C5Qqd
Direito Financeiro	https://bityli.com/VpJdB
Direito Penal	https://bityli.com/LZzvY
Legislação Penal e Processual Especial	https://bityli.com/GxGN3
Direito Processual Penal	https://bityli.com/psm7D
Direito do Trabalho	https://bityli.com/UfyXM
Direito Processual do Trabalho	https://bityli.com/u0RQr
Direito Ambiental	https://bityli.com/pISSZ
Direito Tributário	https://bityli.com/cqjkD
Aspectos de D. Proc. Aplicados à Fazenda Pública	https://bityli.com/NfQPB
Execução Penal	https://bityli.com/M2nUW
Estatuto dos Servidores Públicos do DF	https://bityli.com/hdMrk
Discursivas	https://bityli.com/dv1CU

Dia 1 – 4 tarefas

MATÉRIA: DIREITO ADMINISTRATIVO

TAREFA 25

Direito Administrativo

Resolução de 30 questões da Aula 00

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145433/aulas/1130099*

Resolva as questões comentadas 19 a 48 da aula 00. É importante que a resolução das questões seja acompanhada da leitura dos comentários logo na sequência, de modo que qualquer dúvida seja sanada de imediato, no momento em que surgir.

Por fim, retome as questões que errou e resolva novamente.

Caso ainda permaneçam dúvidas sobre algum ponto específico da aula, não conclua esta tarefa sem antes ler novamente as explicações teóricas do Professor na parte teórica do PDF.

TAREFA 26

Direito Administrativo

Estudo da aula 01, tópicos 1 a 2.1

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145433/aulas/1134340*

Nesta tarefa, estudaremos o ***conceito*** de Direito Administrativo e a sua ***evolução histórica***.

Resolva todas as questões que aparecerem durante a teoria.

Faça uma leitura da introdução e do tópico sobre Direito ***Público***, Direito ***Privado*** e Direito ***Social***. O entendimento dessa diferença é essencial para entendermos o funcionamento do Direito Administrativo como um todo.

Memorize o conceito de direito administrativo apresentado pelo professor: É o conjunto de ***regras*** e ***princípios*** que tem por objeto a ***organização*** e o ***funcionamento*** das pessoas e órgãos da ***Administração Pública***, a gestão de seus bens e a regulamentação da relação com seus agentes públicos, com os administrados, com os seus próprios órgãos e entre instituições públicas, no exercício da função administrativa (incluindo-se o exercício do poder de polícia e a prestação de serviços públicos), possuindo como finalidade concretizar o interesse público.

Atenção: quanto às escolas que tentam conceituar o Direito Administrativo, não precisamos decorar todos as minúcias de suas teorias. Apenas saiba a diferença entre o conceito dado por uma escola e outra. As questões são no sentido de confundir o aluno ligando o conceito de uma determinada escola ao nome de outra escola. O ***critério da Administração Pública*** é o mais difundido e cobrado em provas de concursos públicos.

No tópico que trata sobre a evolução histórica, memorize o esquema que trata da ***Origem do Direito Administrativo (França)***, buscando compreender as três grandes conquistas relacionadas à proteção dos cidadãos e à limitação estatal que são citadas como fundamentais para a evolução do Direito Administrativo.

Entenda como se deu a crise do Estado ***Liberal*** e o nascimento do Estado ***Social*** de Direito.

Estude como se deu a evolução do Direito Administrativo na França, compreendendo que a sua maior contribuição foi o conjunto de decisões do ***Conselho de Estado***, que formou uma jurisprudência administrativa, verdadeira fonte deste ramo do Direito. Memorize o esquema apresentado.

Compreenda as diferenças entre a doutrina francesa e a alemã (estude o esquema apresentado), e perceba que a evolução do Direito Administrativo na Itália foi uma combinação do Direito Administrativo ***Francês*** com o ***Alemão***, tendo sofrido influências de ambos. A Itália conciliou a metodologia científico-abstrata alemã, em que o Direito era criado por meio do pensamento abstrato, com o casuísmo (resolução de casos concretos por um órgão julgador) francês.

MATÉRIA: DIREITO CIVIL

TAREFA 27

Direito Civil

Revisão da aula 00; e resolução de 19 questões.

Link: https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145448/aulas/1130476

Primeiramente, leiam o material de revisão de vocês. Leiam apenas aqueles grifos e anotações que fizeram na teoria da aula 00 e o tópico "Resumo" do PDF. Leia também o enunciado e a correção dos exercícios selecionados para revisão. Veja, não é para refazer, apenas ler.

Agora, resolvam os exercícios do seguinte caderno de questões: *https://bit.ly/2C6avz7*

TAREFA 28

Direito Civil

Estudo das Pessoas naturais: personalidade, capacidade e emancipação da aula 01; e resolução de 18 questões.

Link: https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145448/aulas/1130477

O conteúdo da aula 01 do curso de Direito Civil para a PG-DF, que trata das pessoas naturais, tem uma **alta** frequência em provas de Procuradoria Estadual. Considerando os concursos realizados de 2015 em diante, temos 847 questões de Direito Civil. Deste total, 78 questões cobraram os assuntos dessa aula, o que equivale a 9,2% das questões.

Nesta tarefa veremos do início da teoria até o tópico "1.3. Emancipação". Leiam estas páginas com bastante atenção e façam as marcações para as futuras revisões. A seguir destaco alguns pontos deste conteúdo.

No tópico 1 sobre as pessoas naturais, atente-se para as diferenças entre os conceitos de ser humano, pessoa e sujeito das relações jurídicas.

É importante entender quando começa a personalidade da pessoa física e as características e diferenças das três teorias que explicam esse início: Teoria Natalista, Teoria Concepcionista e Teoria da Personalidade Condicional ou Condicionada. Atenção às críticas de uma teoria em relação às demais.

Não se esqueça que a par da grande discussão entre as teorias acima, o nascituro tem seus direitos protegidos.

No tópico 1.2 sobre a capacidade, atente-se para o conceito e saiba a diferença para o conceito de personalidade. A capacidade é a medida da personalidade. Muita atenção neste tópico, pois é o campeão de cobrança nesta aula.

Perceba que a capacidade abrange dois aspectos, a **capacidade de direito**, que é a aptidão genérica para ser titular de direitos, conferida a toda pessoa em decorrência da personalidade. Já a capacidade fática é a aptidão de exercer, por si só, os direitos contraídos na vida civil, capacidade que poder ser limitada, como ocorre com as pessoas absoluta e relativamente incapazes.

Importante! Perceba que a partir do advento da Lei 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPD, a incapacidade absoluta tem como único critério a idade, nos termos do art. 3°, somente são absolutamente incapazes os menores de 16 anos.

Cuidado com a situação de incapacidade relativa contida no inc. III do art. 4° do CC: "aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade". Antes da Lei 13.146/2015 era causa de incapacidade absoluta!

Uma novidade que pode ser objeto de questão é o **processo de tomada de decisão apoiada**, que é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil.

Os relativamente incapazes **não** são representados, seja por tutor, seja por curador, como os absolutamente incapazes. Eles são assistidos, o que consiste na intervenção conjunta do assistente e do assistido para a prática do ato.

Atenção aos limites da curatela trazidos pela lei 13.146/2015: **não alcança** o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

No tópico 1.3, estude com atenção o tema da emancipação, que é a aquisição da plena capacidade antes da idade legal prevista (18 anos de idade). O art. 5° do CC traz as hipóteses desta emancipação. Atenção: emancipação e menoridade são coisas distintas. O menor emancipado continua sendo menor, apesar de possuir plena capacidade civil.

O art. 5° exige, para a emancipação, que o menor tenha ao menos 16 anos em três hipóteses: concessão pelos pais, sentença judicial e estabelecimento civil ou comercial ou emprego privado. Por outro lado, há três situações nas quais não se exige textualmente que o menor tenha 16 anos completos: casamento, emprego público efetivo e colação de grau em ensino superior. Entretanto, a lei 13.811/2019 passou a exigir a idade de 16 anos para o casamento.

Para finalizar esta tarefa, resolva as questões comentadas de número 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, lendo a correção daquelas que errar ou ficar em dúvida. Marque os principais exercícios, aqueles difíceis ou que envolvam vários assuntos da teoria, para usar no processo de revisão. Importante que poucos exercícios sejam selecionados.

▪

Dia 2 – 4 Tarefas

MATÉRIA: DIREITO CONSTITUCIONAL

TAREFA 29

Direito Constitucional

Revisão da aula 00.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145426/aulas/1129921*

Resolvam as questões marcadas, das tarefas passadas. Por fim, aproveitem o resumo da aula para fazer uma revisão dos principais pontos explorados na aula.

TAREFA 30

Direito Constitucional

Estudo da aula 01, do tópico "Conceitos" até "Regimes Políticos"; e resolução de 04 questões

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145426/aulas/1129922*

Nesta aula, o objetivo é estudar os princípios fundamentais e os direitos e garantias fundamentais. Nos últimos anos, os ***princípios fundamentais***, que englobam os princípios estruturantes, estiveram em ***menos de 3%*** das provas para a área. Já os ***conceitos iniciais sobre direitos e garantias fundamentais*** tiveram uma representatividade menor, com menos de ***2%*** das questões.

O importante é que, em uma preparação pré-edital, devemos estudar com afinco todos os assuntos que podem estar previstos no edital.

Então, vamos ao conteúdo.

Dentro do tópico ***"princípios, regras e normas jurídicas"*** é importante atentar-se à conceituação destes termos. Grosso modo, as normas constitucionais são compostas por regras e princípios, as primeiras dotadas de coercibilidade e consubstanciadas em dispositivos positivados, e os outros abstratos e mais abrangentes.

É preciso que saiba como serão solucionados eventuais conflitos entre regras, entre princípios e entre uns e os outros.

O capítulo "Princípios Fundamentais" reproduz ***os arts. 1º ao 4º da CF/88***. Aqui, o importante é conhecer e tentar memorizar os dispositivos.

Agora, passará para os Princípios Estruturantes. Destaco, a seguir, a que deve atentar-se em cada um deles:

- ***Formas de Governo***: saiba as características da República e da Monarquia.

- ***Formas de Estado***: atente-se à federação, suas características e sua espécies, principalmente as particularidades do modelo adotado no Brasil. Depois, saiba contrapor federação x confederação.

- ***Regimes políticos:*** é preciso distinguir autocracia e democracia, com destaque para as peculiaridades desta última. Entenda como funciona o plebiscito e o referendo, instrumentos da democracia participativa adotada no Brasil.

Resolva as seguintes ***questões*** (tópico princípios fundamentais): ***21, 22, 23, 25***.

MATÉRIA: DIREITO DO TRABALHO

TAREFA 31

Direito do Trabalho

Revisão da aula 00.

Link: https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145456/aulas/1130596

Leia o resumo da aula elaborado pelo professor, bem como os seus grifos, eliminando aqueles que achar desnecessários.

Após, leia com atenção toda legislação, Súmulas e OJ's do TST relacionados ao tema.

TAREFA 32

Direito do Trabalho

Resolução de 23 questões da aula 00

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145456/aulas/1130596*

Resolva as questões comentadas de 1 a 23 da aula 00. É importante que a resolução das questões seja acompanhada da leitura dos comentários logo na sequência, de modo que qualquer dúvida seja sanada de imediato, no momento em que surgir.

Por fim, retome as questões que errou e resolva novamente. Caso ainda permaneçam dúvidas sobre algum ponto específico da aula, não conclua esta tarefa sem antes ler novamente as explicações teóricas do Professor na parte teórica do PDF.

Dia 3 – 4 tarefas

MATÉRIA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TAREFA 33

Direito Processual Civil

Revisão da aula 00, e resolução de 16 questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145445/aulas/1130389*

Revise, através do seu material ou pelos mapas mentais fornecidos pelo professor, o conteúdo estudado na aula ***00*** do curso de referência. Caso esteja disponível, você também pode aproveitar o PDF das ***Marcações dos Aprovados*** para validar o seu próprio material de revisão. Outra opção é utilizar o ***Arquivo Simplificado***.

Após a revisão, dirija-se para a lista de ***exercícios comentados*** e resolva as seguintes questões: ***todas as questões pares.***

Não perca muito tempo em cada questão. Aborde cada uma delas como se estivesse fazendo uma prova. Primeiramente, faça uma cognição sumária e marque a alternativa. Em seguida, veja o gabarito. Se acertou e não restou qualquer dúvida, passe para a próxima questão. Caso tenha errado ou tenha ficado entre duas ou mais alternativas, leia os comentários do professor. Se necessário, veja o dispositivo legal que respalda a justificativa da resposta da questão.

TAREFA 34

Direito Processual Civil

Revisão da aula 00, e resolução de 30 questões no Estratégia Questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145445/aulas/1130389*

Revise, através do seu material ou pelos mapas mentais fornecidos pelo professor, o conteúdo estudado na aula ***00*** do curso de referência. Caso esteja disponível, você também pode aproveitar o PDF das ***Marcações dos Aprovados*** para validar o seu próprio material de revisão. Outra opção é utilizar o ***Arquivo Simplificado***.

Após a revisão, resolva o seguinte Caderno do Estratégia Questões:

https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/ed969c2b-e607-4cbd-a486-94b56ba20263

É de suma importância que você anote as questões que errar para serem refeitas nas revisões. Anote também as que foram objeto de dúvidas e, ainda, aquelas que considerar boas para revisão, por conterem conceitos importantes, mesmo que tenha acertado.

MATÉRIA: DIREITO AMBIENTAL

TAREFA 35

Direito Ambiental

Estudo da aula 00, de "Princípios Estruturantes do Direito Ambiental" até o final da parte teórica, e resolução de exercícios.

Link:
https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145437/aulas/1130200

Chegamos a um ponto de suma importância para nosso estudo, os princípios. Fara facilitar a assimilação da ideia principal dentro de cada princípio, o aluno deve primeiramente ler as páginas relativas aos princípios no tópico ***resumo da aula*** e depois retornar às págs. ***do tópico Princípios Estruturantes do Direito Ambiental.***

Leia todos os princípios tendo atenção aos seguintes:

PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: harmonização do crescimento econômico com a preservação ambiental e a busca da equidade social;

PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO: busca evitar que o dano possa se concretizar, tendo por base uma **certeza científica** dos impactos ambientais. Não confundir com o princípio da precaução, quando há ausência de certeza científica;

PRINCÍPIO DO POLUIDOR – PAGADOR: imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos;

PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: consagrado na Declaração da Rio-92, preceitua que a sociedade tem o direito de ter participação efetiva nas decisões políticas que afetem diretamente seus interesses ambientais;

PRINCÍPIO DA UBIQUIDADE OU TRANSVERSALIDADE: tendo em vista que é um macrobem, possui onipresença, ubiquidade, logo há necessidade de cooperação entre os povos.

Resolva os exercícios ao longo da teoria, marque as questões que errou ou ficou em dúvida para ulterior revisão.

TAREFA 36

Direito Ambiental

Resolução de exercícios da aula 0.

Link:
https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145437/aulas/1130200

Daremos início à prática! Resolveremos muitos exercícios nesta tarefa.

Resolva as seguintes questões: 2, 3, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 38 e 40. Marque as questões que errou ou ficou em dúvida para ulterior revisão.

Em seguida, leia os destaques da legislação e a jurisprudência, disponíveis nas páginas finais do material.

Dia 4 – 4 tarefas

MATÉRIA: DIREITO TRIBUTÁRIO

TAREFA 37

Direito Tributário

Revisão e Resolução de 34 questões do Estratégia Questões.

Com o intuito de revisar o que estudamos até o momento, a respeito dos Princípios atinentes ao Direito Tributário, iremos resolver uma bateria de questões por meio do Estratégia Questões.

Se considerar necessário, antes de iniciar, leia rapidamente os resumos das aulas 00 e 01 disponibilizadas pelo professor no final das respectivas aulas.

Em seguida, acesse o caderno pelo link abaixo e resolva todas as questões.

Link: *https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/ea294ee3-ed35-4799-b8df-0420b2368274*

Estude os comentários das questões que errar ou que acertar sem convicção. Isso é fundamental para internalizar o conteúdo, sanar eventuais dúvidas e acertar qualquer questão similar vindoura.

TAREFA 38

Direito Tributário

Estudo da aula 02 do tópico "Conceito e Classificações" até "Imunidade Recíproca".

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145429/aulas/1129969*

A exemplo do que foi feito na primeira aula, será apresentado o "carro-chefe" do assunto "imunidades tributárias". O destaque, dessa vez, fica por conta da **imunidade tributária recíproca** (que será objeto da nossa próxima tarefa). O referido tema se fez presente em cerca de **84%** das questões que versavam sobre "imunidades tributárias" em **concursos para Procuradorias**. Cabe destacar, também, o "conceito de imunidade" (onde o candidato precisa saber distingui-la da isenção) e a imunidade musical, introduzida na CF/88 pela EC 75/13.

Algumas dicas pontuais de estudo:

- Saibam que as imunidades decorrem sempre de previsão expressa do texto constitucional (diferentemente das isenções que decorrem de lei, como dispõe o art. 150, § 6°, da CF/88). Elas são normas de "incompetência" tributária. Ou seja, elas proíbem a tributação de determinadas situações que, potencialmente, poderiam configurar hipóteses de incidência de diversos tributos.

- Conheçam as diversas classificações das imunidades: **subjetiva, objetiva, incondicionada, condicionada, específica e genérica**. Já houve mais de uma questão, dentre as que foram analisadas na nossa amostra, que exigia esse conhecimento.

- Lembrem-se que as imunidades não afetam as obrigações acessórias que devam ser cumpridas pelo sujeito passivo. Ela apenas afeta (e impede o surgimento) da obrigação tributária principal.

- Saibam que o STF entende que as imunidades condicionadas devem ser reguladas por meio de **lei complementar**, em obediência ao disposto no art. 146, II, da CF/88. Todavia, aspectos **meramente procedimentais** referentes à certificação, fiscalização e controle administrativo

continuam passíveis de definição em lei ordinária. Esse foi o teor do entendimento manifestado pelo Supremo no julgamento da ADI 2.028.

- **Muito importante:** além das imunidades mais famosas, relativas a impostos, previstas no art. 150, VI, da CF/88, não esqueçam que temos diversas outras (relativas à tributos diversos):

  - **Taxas –** art. 5°, XXXIV, LXXIII, LXXIV, LXXVII, da CF/88 (leiam os dispositivos).

  - **Contribuições especiais –** arts. 149, § 2°, I, e 195, § 7°, da CF/88 (leiam os dispositivos).

  - **Impostos –** arts. 153, § 4°, II; 155, § 2°, X, "a", "b", "c", "d"; 156, § 2°, I; 184, § 5°, da CF/88 (leiam os dispositivos).

- Conheçam o tema 342 de repercussão geral: *"**A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito**, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido".*

- Ponto MUITO IMPORTANTE: as imunidades tratadas no art. 150, VI, da CF/88 **referem-se, tão somente, a impostos**, não abrangendo, portanto, demais espécies tributárias (taxas, contribuições de melhoria, contribuições especiais ou empréstimos compulsórios).

- Saibam que o STF entende que a imunidade recíproca é cláusula pétrea (ADIN 939).

- Também é essencial que o candidato saiba que, apesar de a CF/88 mencionar, expressamente, apenas os impostos sobre patrimônio, rendas e serviços, O Supremo tem estendido a aplicação da imunidade a **todos os impostos** previstos na CF/88 (inclusive ICMS e IPI, por exemplo). Isso vai valer para todas as imunidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do art. 150, VI, da CF/88.

- Saibam que o STF entende que as imunidades recíprocas têm 3 objetivos:

- 1ª) operar como salvaguarda do pacto federativo, para evitar que a tributação funcione como instrumento de coerção ou indução de um ente sobre o outro.

- 2ª) proteger atividade desprovida de capacidade contributiva, isto é, atividades públicas em sentido estrito, executadas sem ânimo lucrativo.

- 3ª) não beneficiar a expressão econômica de interesses particulares, sejam eles públicos ou privados, nem afetar intensamente a livre iniciativa e a livre concorrência, excetuadas as permissões constitucionais.

Portanto, se houver violação de algum desses objetivos, será afastada a invocação da imunidade tributária recíproca.

- Lembrem-se que a imunidade tributária recíproca é **extensível às autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público** no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, **vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.** O Supremo entende que cabe ao fisco demonstrar que o bem não está sendo empregado conforme as finalidades da pessoa jurídica beneficiada. Ou seja, há uma presunção relativa em favor da autarquia/fundação pública (RE 871.039 AgR).

- **Muitíssimo importante:** cumpre destacar que o STF já estendeu a imunidade tributária recíproca a diversas empresas públicas e sociedades de economia mista, embora a CF/88 só preveja a sua aplicação às autarquias e fundações públicas. Por ocasião do julgamento do RE 407.099/RS e da AC 1.550-2, o Supremo entendeu que o referido benefício é aplicável, também, às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado (ainda que os serviços sejam remunerados por tarifas). Ou seja, não há a possibilidade de a referida imunidade beneficiar as sociedades de economia mista e empresas públicas que explorem atividades econômicas (sujeitas ao art. 173, parágrafo 2°, da CF/88), mas, apenas, as prestadoras de serviços públicos (sujeitas ao art. 175 da CF/88).

Vejamos algumas decisões do STF que beneficiaram empresas públicas e sociedades de economia mista:

. RE 407.099 – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

. AC 1.550-2/RO – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD)

. RE 524.615-AgR – Infraero

. RE 610.517 - Casa da Moeda do Brasil (CMB)

. RE 631.309-AgR – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB)

. RE 253.472 - Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP)

Além desses casos, o STF, por ocasião do julgamento do RE 580.264/RS, entendeu que as sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, cujo capital seja majoritariamente estatal, gozam da imunidade tributária prevista na alínea "a" do inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal.

- Memorizem o tema 224 de repercussão geral: *"A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão."* Ou seja, a imunidade recíproca se aplica às pessoas elencadas no art. 150, VI, "a", na condição de **contribuintes.** Todavia se elas figurarem no pólo passivo na condição de responsáveis, por sucessão de terceiros, a imunidade não será aplicável.

MATÉRIA: DIREITO EMPRESARIAL

TAREFA 39

Direito Empresarial

Estudo da aula 00, resolução de exercícios (Itens 8 e 9 do PDF).

Link:
https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145453/aulas/1142803

Vamos avançar, neste momento, para a resolução dos exercícios da aula.

Faça-os em um ambiente tranquilo e confortável, o qual possa simular o dia da prova.

Faça os exercícios sem olhar a resolução do professor (Item 8 do PDF – de 1 a 31). Depois de finalizado, corrija, veja os comentários, grife e faça anotações na sua lei e no seu material, para que possa indicar os pontos que teve mais dificuldade.

Posteriormente, num outro momento e se possível, em outro dia, faça as seguintes questões (Item 9 do PDF) nessa ordem: ***1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31***. Depois resolva essas: ***2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30***.

TAREFA 40

Direito Empresarial

Estudo da aula 01, da pág. 6 a 36, e leitura do art. 170, CF/88; art.3, LC 123/06; arts. 45, 966 a 969, 980-A, § 1º, 985, 1.150 a 1.168 do Código Civil.

Link:
https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145453/aulas/1142804

A aula de hoje traz os seguintes assuntos: ***Microempresário***, ***Nome empresarial***, ***Registro***, ***Escrituração***, ***Prepostos***, ***Comércio Eletrônico*** e ***Estabelecimento Empresarial***.

Inicialmente, o professor aponta os assuntos mais importantes da aula. Por isso, tenha atenção redobrada nesses temas. Lei os *artigos 170, CF/88 e 3º, LC 123/06* antes de iniciar os estudos.

No tópico ***2***, é importante gravar os artigos citados. Além disso, decore a definição de *receita bruta*.

Na parte das *Exclusões ao Regime do Tratamento Diferenciado*, grife na tabela as palavras-chave. Isso vai ser importante para futuras revisões.

Os tópicos ***2.2***, ***2.3***, ***2.4***, ***2.5*** e ***2.6*** são bem curtos, mas abordam assuntos relevantes. Como falado no parágrafo acima, não deixe de grifar as palavras-chave. Também *grife os valores citados*, como até R$ 81.000,00 para o enquadramento no MEI e o limite de até 10% para que as propostas das ME e EPP sejam consideradas empatadas com a proposta mais bem classificada. Ao estudar o *Investidor-anjo*, fique atento ao "***Esclarecendo***" e "***Preste mais atenção***" colocados pelo professor.

Para avançar pelo tópico ***3***, leia os artigos *966 a 969, 980-A, § 1º, 985 e 1.155 a 1.168 do Código Civil*. Depois, reinicie o estudo do material pelo entendimento que o nome empresarial é elemento do estabelecimento empresarial. Há ***4*** definições feitas por *Fábio Ulhoa Coelho, Ricardo Negrão, Fran Martins e o STJ*. Sempre é bom ter o conhecimento de doutrinadores e do STJ.

Saiba diferenciar *Firma e Denominação*, grave as *espécies de Nome Empresarial* usados para empresários individuais e outros tipos societários e não confunda a *extensão territorial* da proteção do Nome Empresarial, que se dá nos limites do respectivo Estado.

Leia, agora, os artigos 1.150 a 1.154 do Código Civil.

O tópico ***4*** (***Registro Empresarial***), o professor traz uma série de tabelas e quadros com informações muito relevantes. É aconselhável que você tenha um cuidado maior nessas partes.

Além da recomendação acima, há pontos que merecem atenção especial:

- Efeitos do registro: constitutivo x declaratório – ***Atenção*** *ao julgado da Quarta Turma do STJ.*

- Local de registro do Empresário Individual e das Sociedades: RCPJ ou Junta Estadual

- Atos registrais: matrícula, arquivamento e autenticação

- Consequências da irregularidade registral

- Dispensa do registro prévio: para profissionais que desempenham atividade econômica organizada rural – ***Atenção*** *à divergência doutrinária esquematizada pelo professor.*

Dia 5 – 4 tarefas

MATÉRIA: DIREITO ADMINISTRATIVO

TAREFA 41

Direito Administrativo

Estudo da aula 01, tópicos 2.2 a 4.4.1.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145433/aulas/1134340*

Nesta tarefa, continuaremos o estudo da ***evolução histórica*** do direito administrativo, estudaremos as relações do direito administrativo com os demais ramos do direito e as fontes, interpretação e integração do direito administrativo.

Resolva todas as questões que aparecerem durante a teoria.

No tópico que trata da evolução do direito administrativo no Brasil, memorize os esquemas que tratam das características da Administração Pública ***burocrática*** e ***gerencial***.

No tópico que trata das transformações do direito administrativo, entenda que a Constituição Federal passou a ser o centro do ordenamento jurídico e fundamento de validade de todas as normas do País. Além disso, entenda os motivos que levaram o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado a ser questionado e relativizado.

Entenda que diversas relações jurídicas da Administração Pública são marcadas pela incidência de um ***regime jurídico híbrido***, com incidência de normas de ordem ***pública*** e de ordem ***privada***.

Estude com atenção o tópico que trata do princípio da juridicidade, compreendendo o conceito de "***bloco de legalidade***".

Faça uma leitura expedita do tópico que trata das relações do direito administrativo com os demais ramos do direito.

A principal parte a ser estudada nesta tarefa será a leitura das principais fontes do Direito Administrativo apresentadas pela doutrina majoritária.

* ***Lei***

* ***Jurisprudência***

* ***Costumes***

* ***Doutrina***

Elas formam o mnemônico ***LE JU CO DO***. Estude-as com muita atenção.

Quanto à interpretação do Direito Administrativo, entenda que, No Direito, norma é diferente de sua expressão textual (o aspecto escrito). Ao se deparar com o texto do dispositivo, o intérprete, por meio das regras de hermenêutica, extrai o significado e a amplitude da norma jurídica, verificando o Direito estabelecido por ela. Compreenda também os métodos de interpretação e os pressupostos característicos do direito administrativo.

TAREFA 42

Direito Administrativo

Estudo da aula 01, tópicos 5 e 6.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145433/aulas/1134340*

Nesta tarefa, estudaremos a parte de ***Administração Pública*** e os ***Sistemas de Controle da Atuação Administrativa.***

Resolva todas as questões que aparecerem durante a teoria.

Memorize e compreenda os elementos constitutivos do Estado – ***povo***, ***território*** e ***governo*** soberano.

Compreenda o conceito de ***Estado de Direito*** (Estado soberano que se sujeita às normas jurídicas que ele mesmo editou).

Conceitos como as funções ***legislativa***, ***administrativa*** e ***jurisdicional*** do Estado devem ser internalizados, pois são elementos básicos do Estado Brasileiro e disso decorre vários outros conceitos importantes que serão vistos ao longo do nosso curso.

Atenção! Decore:

Forma de estado adotada no Brasil atual – ***Federação*** (federativa)

Forma de governo – ***República*** (republicana)

Sistema de governo – ***Presidencialista***

Tenha muita atenção na leitura aos quadros, grifos e pedidos de atenção do professor, bem como procure resolver as questões apresentadas ao longo da explanação.

É imprescindível compreender os sentidos ***objetivo***, ***material*** ou ***funcional***, bem como o ***subjetivo***, ***formal*** ou ***orgânico***.

Decore: O Brasil adotou o ***critério formal de Administração Pública***. Assim, somente faz parte da Administração em sentido formal as entidades que a lei assim considera, independentemente da atividade exercida.

Memorize a tabela que apresenta as diferenças entre ***Administração*** e ***Governo***.

O tópico sobre ***Sistemas Administrativos*** também é muito importante, pois dele decorrem vários conceitos importantes do direito administrativo, como, por exemplo, o ***contencioso administrativo***. Estude-o com atenção, compreendendo as diferenças entre o Sistema ***Francês*** e o Sistema ***Inglês***.

Decore: O Brasil adotou o sistema da ***jurisdição única*** (sistema ***inglês***), em que todos os litígios (privados ou administrativos), estão sujeitos à apreciação do ***Poder Judiciário***, desde que provocado, que é o único com atribuição de dizer o direito no caso concreto por meio de uma decisão com caráter de definitividade.

Memorize a ***Súmula 473 do STF***.

Estude com atenção as situações em que o acesso ao judiciário é condicionado.

MATÉRIA: DIREITO TRIBUTÁRIO

TAREFA 43

Direito Tributário

Estudo da aula 02, do tópico "Imunidade Religiosa" até "Imunidade Musical".

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145429/aulas/1129969*

Esta será a nossa última tarefa acerca das "imunidades tributárias".

Como falado na tarefa anterior, é **essencial o conhecimento da jurisprudência** sobre diversos pontos do presente assunto.

Algumas dicas pontuais de estudo:

- Sobre a **imunidade religiosa (art. 150, VI, "b", da CF/88)**, saibam que o entendimento predominante é o da **teoria moderna**, a mais ampla entre as existentes, que considera a palavra "templo" como a própria organização religiosa, não se restringindo ao local onde ocorre a celebração religiosa. Nesse viés, a imunidade seria subjetiva, pois impediria a tributação sobre a própria entidade. Além disso, a imunidade protege o patrimônio, a renda e os serviços, **vinculados às finalidades essenciais** da entidade religiosa.

- Questões específicas sobre a imunidade religiosa:

- 1ª) Cemitérios: só é aplicável a imunidade aos cemitérios de cunho religioso (ou seja, aqueles que são extensão da própria entidade religiosa). Esse foi o entendimento do STF no RE 578.562.

- 2ª) Maçonaria: não se trata de uma religião. Assim sendo, não se enquadra no conceito de "templos de qualquer culto", não tendo direito à imunidade. Esse foi o entendimento do STF no RE 562.351.

- Imunidade dos **partidos políticos (inclusive suas fundações), das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e das entidades de assistência social (art. 150, VI, "c", da CF/88):** a fruição da imunidade, por essas entidades, está condicionada à devida observância do art. 14 do CTN.

- **Atenção:** a imunidade prevista no art. 150, VI, "c", da CF/88, se aplica às entidades sindicais **dos trabalhadores**, não alcançando as patronais.

- **Súmula STF 730:** *"a imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada **se não houver contribuição dos beneficiários**".*

- **Súmula Vinculante 52:** *"ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas".*

- **Muito importante:** as **entidades beneficentes de assistência social** gozam de imunidade, também, em relação às **contribuições para a seguridade social.**

- **Imunidade cultural (art. 150, VI, "d", da CF/88):** diferentemente das imunidades das alíneas "a", "b" e "c", a imunidade cultural é do tipo "objetiva". Ela protege não só o livro em papel, mas, também, o eletrônico. Nesse sentido é a **súmula vinculante 57:** *"a imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias".*

- Importante saber que agendas, livros de escrituração em branco e encartes que vinculem propagandas em jornais não se beneficiam da imunidade cultural.

- **Imunidade musical (art. 150, VI, "e", da CF/88):** recomendo que saibam que a etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser está excluída da aplicação da imunidade. Deem uma olhada no esquema que o professor apresenta bem ao final da aula, no item 1.13, logo antes de trazer o resumo.

MATÉRIA: DIREITO CONSTITUCIONAL

TAREFA 44

Direito Constitucional

Estudo da aula 01, do tópico "Estado Democrático de Direito" até "Princípios que regem as relações internacionais"; e resolução de questões

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145426/aulas/1129922*

Voltaremos à aula 01 a partir do tópico "4. Estado Democrático de Direito".

Podemos resumir e simplificar o conceito ***Estado Democrático de Direito*** como "aquele cujo poder e atividade estão regulados e controlados pela lei". Mas neste capítulo você o entenderá em detalhes.

Antes do passar para o tópico seguinte, leis os arts. 1° ao 4° da CF/88 que serão detalhados nas páginas seguintes.

Primeiro, temos os ***fundamentos da República Federativa do Brasil***. Convido-as a dar muita atenção aos destaques assinalados como "Tome Nota", onde verá dispositivos constitucionais, súmulas vinculantes e entendimentos dos tribunais superiores relativos a cada princípio/fundamento, quando cabível.

Preste atenção ao princípio da ***dignidade da pessoa humana***, pois costuma sustentar várias decisões do STF, com já determinou a manutenção de condições mínimas de humanidade nos presídios.

Em seguida, tem-se os princípios da ***separação dos Poderes***. A Constituição Federal definiu que são poderes da União o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, cada um com funções típicas, mas com a existência de atribuições comuns a todos os Poderes. É o caso da competência administrativa, que apesar de ser típica do Poder Executivo, todos podem realizar concursos

públicos para reposição de seus cargos. Ao mesmo tempo, não é função típica do Poder Executivo legislar, mas ele pode editar medidas provisórias, competência atípica. Verá outros exemplos e explicações neste tópico.

Da afirmação de uma existência harmônica entre os Poderes, surge a teoria do ***sistema de freios e contrapesos***, que também será elucidada no capítulo "Princípio da Separação dos Poderes".

Agora, no tópico "Objetivos da República Federativa do Brasil" serão analisadas as previsões do art. 3° da CF/88.

Finalizaremos esta tarefa com o tópico "princípios que regem as relações internacionais", em que peço para dar mais atenção aos entendimentos, julgamos e súmulas vinculantes do STF.

Resolva as seguintes ***questões***(tópico princípios fundamentais): ***1 a 16, 18, 19, 20, 24***.

Dia 6 – 4 tarefas

MATÉRIA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TAREFA 45

Direito Processual Civil

Estudo da aula 01, do tópico "2.1 Introdução: História do Direito e da Jurisdição" até "2.2.7 - Com aptidão para a coisa julgada", inclusive.

Link: https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145445/aulas/1130390

Daremos ***início*** ao estudo da ***aula 01 (parte 1)*** para o seu concurso. Nesta tarefa, será(ão) estudado(s) o(s) seguinte(s) assunto(s): ***Introdução e conceito de jurisdição.***

Sugere-se que este estudo seja feito em ***duas etapas***: 1) Primeiramente, faça uma leitura rápida de todas as páginas indicadas, sem se preocupar em fazer marcações, anotações e/ou resumos. A ideia é que o aluno tenha um primeiro contato com o novo conteúdo, em outras palavras, uma visão panorâmica acerca do que será estudado; 2) Descanse um pouco (no máximo 15 minutos); 3) Em seguida, faça um estudo mais minucioso, buscando ter atenção aos destaques dado pelo professor. Aproveite a oportunidade para fazer suas marcações, anotações no próprio pdf e/ou resumos, de forma que esse material sirva para futuras revisões. Com efeito, em relação ao conteúdo desta tarefa, tenha atenção aos seguintes pontos:

Nesta aula iremos estudar os tópicos relacionados à introdução e conceito de jurisdição. O primeiro tópico da aula explora as fases da evolução do direito com base no livro de Tércio Sampaio Ferraz Jr.

Observe que na fase primitiva o poder está fundado no princípio do parentesco, o direito e o usos e costumes não se diferenciavam. Lembre-se que os elementos objetivo (prática reiterada da

conduta) e subjetivo (convicção de que a conduta é exigível) caracterizam os costumes em direito. Por fim, guarde que na fase primitiva predominava a autotutela e a autocomposição.

Com relação às culturas pré-modernas, atente-se que com o desenvolvimento das sociedades atrelado ao surgimento de mercados conduziu a necessidade de se estabelecer procedimentos decisórios regulados, surgindo assim as formas de jurisdição.

Sobre a jurisprudência romana, observe que a história jurídica importante para o processo civil é dividida em três:

a) período da *legis actiones* (ações da lei);

b) período *per formulas* (formulário); e

c) *cognitio extra ordinem* (processo extraordinário).

É importante que seja realizada uma leitura atenta e integral das características desta fase.

Seguindo, guarde que na idade média os julgamentos dos povos bárbaros não se realizavam por procedimentos lógicos, mas sim por rituais e misticismos. Aqui, temos o desenvolvimento dos períodos do processo civil romano-barbárico, dos glosadores passando pela formação dos Estados até o absolutismo.

A teoria jurídica na era moderna, o direito como ordenação racional, trouxe contribuições importantes caracterizadas pelas revoluções liberais (poder limitado por uma Constituição e um Parlamento) e pelo conceito de tripartição dos poderes de Montesquieu.

Caminhando para a parte final do estudo da evolução do direito, temos a positivação do direito a partir do século XIX como forma de diminuição da discricionariedade do juiz. Por fim, a ciência dogmática na atualidade o direito é visto como instrumento decisório.

O próximo tópico da aula apresenta o conceito de jurisdição. É fundamental que se realize uma leitura atenta buscando compreender as nuances do conceito. Para auxiliar no entendimento, foque na separação do conceito descrito pelo professor com atenção aos destaques realizados no desenvolvimento das explicações teóricas.

TAREFA 46

Direito Processual Civil

Estudo da aula 01, do tópico "3 Escopos, Teorias, Características e Princípios da Jurisdição" até "3.4 – Regra da Ordem Cronológica Ope Legis", inclusive.

Link: https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145445/aulas/1130390

Será dado ***continuidade*** ao estudo da ***aula 01 (parte 2)*** para o seu concurso. Nesta tarefa, será(ão) estudado(s) o(s) seguinte(s) assunto(s): ***Escopos, teorias, características e princípio da jurisdição.***

Sugere-se que este estudo seja feito em ***duas etapas***: 1) Primeiramente, faça uma leitura rápida de todas as páginas indicadas, sem se preocupar em fazer marcações, anotações e/ou resumos. A ideia é que o aluno tenha um primeiro contato com o novo conteúdo, em outras palavras, uma visão panorâmica acerca do que será estudado; 2) Descanse um pouco (no máximo 15 minutos); 3) Em seguida, faça um estudo mais minucioso, buscando ter atenção aos destaques dado pelo professor. Aproveite a oportunidade para fazer suas marcações, anotações no próprio pdf e/ou resumos, de forma que esse material sirva para futuras revisões. Com efeito, em relação ao conteúdo desta tarefa, tenha atenção aos seguintes pontos:

Retornaremos ao estudo da aula pelo tópico 3 - Escopos, Teorias, Características e Princípios da Jurisdição.

Primeiramente, foque na definição dos três objetivos (escopos) fundamentais da jurisdição (fins sociais, políticos e jurídicos). Em relação às teorias sobre jurisdição, é bom que se tenha uma visão geral das características e das críticas. A leitura deve ser fluida não se prenda aos pequenos detalhes, visto que se trata de um tema exigido superficialmente nas questões.

Diferente do estudo das teorias, a leitura sobre princípios deve ser realizada com muita atenção buscando compreender e internalizar os aspectos centrais de cada um. Para sua prova os mais importantes são: Investidura; Indelegabilidade; Inafastabilidade; e Juiz Natural.

No estudo da seção quanto à regra da ordem cronológica, o art. 12, CPC/2015 é responsável por grande parte das questões. Caso já exista um conhecimento prévio, apenas sua leitura é suficiente.

MATÉRIA: DIREITO FINANCEIRO

TAREFA 47

Direito Financeiro

Revisão da aula 00; leitura do resumo da aula; e resolução caderno do Estratégia Questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145432/aulas/1130026*

Nesta tarefa, faremos uma revisão de todos os assuntos estudados na aula 00.

Sendo assim, inicie a tarefa lendo todas as marcações feitas por você na aula. Procure fazer essa ***revisão*** com foco, sem interrupções.

Em seguida, ***resolva*** o caderno abaixo indicado sobre os temas estudados na ***aula 00***.

Caderno EQ: *https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/aacc29c8-a6dd-4421-9260-17e30bc8ab82*

Conforme for resolvendo as questões, procure perceber quais informações costumam ser mais cobradas e aprimore seu material de revisão. Leia os comentários das questões principalmente quando errar ou ficar na dúvida.

Por fim, leia o ***resumo*** ao final da aula para consolidar o conhecimento.

TAREFA 48

Direito Financeiro

Estudo da aula 01, até o final do tópico 5 ("Controle de Constitucionalidade do Orçamento"); e resolução de exercícios da aula.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/145432/aulas/1130027*

Nesta tarefa iniciaremos o estudo do Orçamento Público.

No item ***1. Orçamento***, veja a diferença entre as **definições clássica e moderna do Orçamento Público**, bem como as outras duas definições apresentadas pelo professor e o respectivo esquema.

Em seguida, entenda cada uma das **quatro espécies de orçamento** e saiba qual delas é a adotada no Brasil. O esquema apresentado ao final do tópico é suficiente para entender o conceito básico de cada uma.

Leia agora o segundo tópico da aula, ***2. Normas Gerais de Direito Financeiro***, com atenção aos apontamentos sobre a Constituição Federal de 1988, responsável por desenhar a estrutura do sistema normativo do Direito Financeiro brasileiro e distribuir as respectivas competências. Quanto ao artigo 24 da CF/88, veja que **compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o Direito Tributário, o Direito Financeiro e o Direito Orçamentário**, entre outros. Nesse contexto, a competência da União limita-se a estabelecer normas gerais, enquanto os Estados e DF possuem competência suplementar, podendo excepcionalmente exercer a *competência plena* quando inexistir lei federal dispondo sobre normas gerais relativas à matéria. É importante lembrar que a *superveniência de lei federal* sobre normas gerais suspende (não revoga) a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Quanto aos artigos 163 e 165, §9°, transcritos na aula, veja o rol de matérias que devem ser tratadas por **Lei Complementar**.

Ainda no tópico, leia rapidamente sobre as duas normas gerais financeiras atualmente em vigor: **Lei nº 4.320/64** (lei ordinária recepcionada pela CF/88 como lei complementar) e **LC nº 101/2000** (**Lei de Responsabilidade Fiscal**).

Prossiga para o tópico ***3. Normas Específicas em Matéria Financeira***. Após a edição de normas gerais pela União, inicia-se o processo legislativo financeiro por parte de cada ente da Federação, ou seja, União, Estados, DF e Municípios, em regra, através de seus respectivos Poderes Executivos, fazem propostas de leis ordinárias que serão (ou não) aprovadas pelos respectivos Poderes Legislativos. Leia o importantíssimo quadro com a fala do autor Marcus Abraham que, além de detalhar esse processo, destaca também a vedação de edição de Medida Provisória para tratar de matéria orçamentária (exceto para abertura de créditos extraordinários), bem como o papel dos decretos para estabelecimento da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

No tópico ***4. A Disciplina da Lei nº 4.320/64***, saiba que a referida lei estatui **normas gerais de Direito Financeiro** para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Leia os artigos transcritos nesse tópico para entender alguns exemplos de assuntos tratados na lei. Ademais, perceba, conforme salientado pelo professor, a importância dessa norma, que delineia a **legalidade** de todo o processo orçamentário, bem como o seu controle e execução. Ao final do tópico são citadas algumas disposições importantes da Lei 4.320, leia-as com bastante atenção.

Para finalizar a parte teórica do estudo de hoje, no tópico ***5. Controle de Constitucionalidade do Orçamento***, é importante saber o posicionamento do STF em relação à natureza da lei orçamentária (**lei meramente formal e autorizativa**). Aprofundando no assunto, leia sobre a possível mudança de entendimento quanto à natureza jurídica do orçamento e sua vinculação, bem como a jurisprudência trazida na aula para ilustrar o tema.

Por fim, ***resolva*** as questões: 4, 14, 15 e 17.

ESCLARECENDO

1. As Trilhas Estratégicas são meras ***sugestões*** de estudo com base em determinado objetivo (área de concurso, concurso específico ou perfil). O aluno deve ficar livre para que possa segui-la à risca ou fazer adaptações para o seu próprio estilo e rotina de estudo.
2. Os ***professores*** do Estratégia, ao elaborarem os seus materiais, possuem o objetivo de ensinar todo o conteúdo exigido pelo edital programático do concurso, além de estabelecer uma sequência ideal de estudo do ponto de vista pedagógico e considerando que o aluno terá tempo de estudar todo o seu material.
3. Já os ***organizadores***, ao elaborarem as Trilhas Estratégicas, possuem o objetivo de fazer o aluno estudar o conteúdo de acordo com um determinado custo x benefício, porém muitas vezes fugindo da recomendação didática de estudo proposta pelos professores para que os alunos possam fazer um estudo direcionado.
4. Como dizemos sempre: *o ideal é estudar todos os assuntos, revisar tudo, fazer muitos exercícios de todos os assuntos e chegar na prova bom em todos os assuntos também*. Entretanto, são poucos aqueles alunos que dispõem de tempo para isso!
5. Nosso objetivo aqui é sugerir uma sequência de estudos baseada na **experiência de *aprovados*** em diversos concursos para que possamos dar orientações e maiores chances de aprovação aos alunos.

Espero que tenha gostado!

Bons estudos!

Aguardo você no ***Telegram***.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.